

CONSENSOS E DISSENSOS ENTRE OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Daniela Jéssica Veroneze

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Frederico Westphalen
dveroneze@hotmail.com

Arnaldo Nogaro

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Erechim/Frederico Westphalen
narnaldo@uricer.edu.br

Fernanda Levandoski da Silva
Universidade de Passo Fundo - UPF
fernanda_edu@hotmail.com

Simone Fátima Zanoello

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI Erechim
simonez@uricer.edu.br

Resumo:

As mudanças sociais ocorridas nas décadas de 80 e 90 evidenciaram a necessidade de igualar parte dos currículos escolares, atendendo educacionalmente, de forma mais equiparada, todos os cidadãos brasileiros, pelo fato da universalização da educação básica, pública e laica. Nessa época, reformulou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e foram implantados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Atualmente, discute-se uma nova base comum com perspectiva de aprovação ainda neste ano (2016), a qual substituirá PCN e RCNEI. Este artigo, de caráter bibliográfico, objetiva relatar a história dos currículos de base comum e suas composições, assim como comparar os referenciais curriculares na área de Matemática, compondo-se em introdução, história dos currículos de base comum e suas composições, comparações entre BNCC e RCNEI/PCN na área de Matemática e considerações finais.

Palavras-chave: Currículo; Base Comum; PCN; BNCC; Matemática.

1 Introdução

Diante das mudanças sociais e educacionais presentes nas décadas de 80 e 90, surge a necessidade de repensar parte dos currículos escolares, visando atender educacionalmente, de forma mais equiparada, todos os cidadãos brasileiros, tendo em vista a universalização da educação básica, pública e laica. Nessa época, além da reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), criam-se também os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Fundamental. No ano de 2000, assim como secundarizados por outras políticas, desenvolvem-se

os PCN para o Ensino Médio. Atualmente, discute-se uma nova base comum, a qual está para ser aprovada ainda neste ano (2016) e que substituirá os PCN e as RCNEI.

Nessa perspectiva, este artigo apresenta-se como pesquisa bibliográfica e tem por objetivo relatar a história dos currículos de base comum e suas composições, bem como comparar os referenciais curriculares de base comum na área de Matemática. Além da introdução, está dividido em três partes: uma que contempla o primeiro objetivo descrito e a outra que põe em voga algumas análises comparativas entre RCNEI, PCN (1998a, 1998b e 2000) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2015), além de algumas considerações finais na terceira parte.

2 História dos currículos de base comum brasileiros e suas composições

Com a intensão de atender ao Art. 210 da Constituição Federal (CF -5/10/1988), o qual dispõe sobre a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, assegurando uma formação básica comum e o respeito dos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, começa-se a discutir no Brasil, a partir de 1990, após o país firmar parceria por meio de um documento na Conferência Mundial de Educação para Todos (Tailândia), a criação de um currículo¹ de base comum. Assim, alicerçando-se nesse documento e na CF, o país, em conjunto com o Ministério de Educação (MEC), inicia uma pesquisa para a criação desse currículo com conteúdos mínimos, valendo-se de diferentes documentos e estatísticas obtidas por censos e avaliações nacionais e internacionais, experiências curriculares e pedagógicas desenvolvidas por escolas e estados do ente federado, bem como por experiências de outros países.

Na década de 1990, de acordo com Bonamino e Martínez (2002), as diversas iniciativas curriculares no país consolidaram-se, em 1995, nos PCN do Ensino Fundamental, encaminhando-se, nesse ano, para consulta e avaliação de professores e especialistas brasileiros. Resultaram dessas consultas setecentos pareceres incorporados à versão final, publicada três anos após a preliminar. Durante a elaboração final dos PCN, reformulou-se e aprovou-se a nova LDB, Lei nº 9.394/96. Tal lei alicerça a instituição dos PCN como um currículo de base comum por meio do

¹ Segundo SILVA (2015), um currículo é uma seleção de conhecimentos, práticas e atitudes que criam a identidade do alunado.

Art. 9º, inciso IV² e Art. 22³, 26⁴ e 27⁵, os quais orientam que os currículos escolares sejam formulados contendo uma parte comum (base comum) estipulada para todo o país e uma parte diversificada, composta pelos anseios, valores e interesses do contexto escolar, oferecendo condições para escolaridade, observando os direitos e deveres do cidadão e a orientação para trabalho e desporto. Além disso, essa lei expande o Art. 210 da CF, contemplando a implantação de um currículo de base comum também para o Ensino Médio. No que concerne à educação básica oferecida para a população rural, faz-se necessário, segundo o Art. 28 da LDB 9.394/96, adaptações e adequações mediante a particularidade da vida no campo. A partir de então, são criados três tipos de base comum, dividindo-se em nível de escolaridade (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e cada qual possuindo organização própria, visto a particularidade de cada nível.

Instituído em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), serve de base para o estabelecimento de práticas educativas e de discussões escolares sobre a pluralidade e diversidade da Educação Infantil e a inserção dos alunos no campo social. Este documento divide-se em três volumes. O volume introdutório (vol.1) faz referências a como deve ser a educação infantil no que tange ao perfil profissional docente, o processo de ensino e aprendizagem, os objetivos gerais da educação neste nível, o espaço físico das instituições e a divisão dos demais volumes. O segundo volume traz as concepções sobre os processos de fusão e diferenciação, da construção e vínculos e da expressão da sexualidade da educação infantil, assim como apresenta os processos de aprendizagens desses alunos nessa fase da vida, os objetivos a serem alcançados pelos alunos, os conteúdos a serem trabalhados e as orientações para os professores. O volume três apresenta mais detalhadamente os objetivos de aprendizagens das disciplinas e conteúdos básicos que devem ser explorados, bem como as metodologias a serem adotadas e orientações pedagógicas para

² Art. 9º: A União incumbir-se-á de: [...] IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino médio, que nortearão os currículos mínimos de modo a assegurar formação comum. (BRASIL, 1996, p. 4).

³ Art. 22: A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, p. 9).

⁴ Art. 26: Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p. 11).

⁵ Art. 27: Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III – orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (BRASIL, 1996, p. 11).

os professores deste nível. No que diz respeito às aprendizagens que precisam ser desenvolvidas, estas estão separadas por áreas e dentro de cada uma delas apresentam-se os conteúdos e objetivos de aprendizagens e suas contextualizações na vida das crianças, agrupados em blocos de conhecimento.

No Ensino Fundamental, os PCN foram os primeiros a ser instituídos em 1998 e estão organizados em dez volumes. Um é de caráter introdutório, seis contemplam as áreas de conhecimento e suas aprendizagens (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física) e três trazem à tona os Temas Transversais a todas as disciplinas (ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural). É comum aos referenciais a apresentação dos objetivos gerais do Ensino Fundamental e o mapa conceitual explicando o funcionamento dos parâmetros. No que concerne aos documentos das áreas dos conhecimentos, estes atribuem à educação dos anos/séries do ensino fundamental primeiro e segundo ciclo⁶ os objetivos gerais para o nível, para as áreas do conhecimento e os blocos de conhecimentos que os subdividem. Os documentos apresentam, ainda, como podem ser trabalhados os conteúdos sugeridos pelos blocos de conhecimento, assim como sintetizam como podem ser abordados os temas transversais. No entanto, não são arroladas listas intermináveis de objetivos e conteúdos a serem desenvolvidos, são apresentados apenas alguns objetivos e conteúdos dentro de cada bloco de conhecimento. Nos documentos referentes aos temas transversais, apresentam-se a justificativa desses temas, o que compete ser estudado e os conteúdos incutidos neles.

Os PCN do Ensino Médio – PCNEM – foram criados em 2000 e possuem organização diferenciada em relação aos PCN do Ensino Fundamental. Estão divididos em quatro documentos, sendo um referente às bases legais para o Ensino Médio e os outros três sobre as áreas do conhecimento (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias). Os documentos das áreas do conhecimento apresentam algumas reformulações do Ensino Médio dentro de cada área e as descrições, competências e habilidades⁷ gerais, interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento, formas de avaliação e a contextualização da área. Nas orientações para as

⁶ O primeiro ciclo corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ano/1ª série a 5º ano/4ª série). O segundo ciclo refere-se aos anos/séries finais do Ensino Fundamental (6º ano/5ª série ao 9º ano/8ª série).

⁷ Para os PCNEM, as competências devem possibilitar o desenvolvimento de capacidades, as quais estão “[...] presentes na esfera social, cultural, nas atividades políticas e sociais como um todo, e que são condições para o exercício da cidadania num contexto democrático” e que estas se manifestam em habilidades básicas, de técnicas ou de gestão. (BRASIL, 2000, p. 17).

disciplinas, ressaltam-se as competências e habilidades a serem atingidas por elas, as competências e habilidades de cada tema estruturador – função dos blocos do conhecimento –, as organizações para o trabalho escolar e as estratégias para o trabalho.

No ano de 2010, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) delegou à União o dever de organizar e regular a educação de qualidade, mostrando a necessidade de criar uma base nacional comum na legitimação da CF, assegurando uma educação básica igualitária. A partir de então, a Secretaria de Educação Básica do MEC, em conjunto com conselhos nacionais e estaduais de educação, dirigentes representantes dos conselheiros municipais de educação, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e integrantes do Fórum Nacional de Educação, bem como com outros profissionais e especialistas da área curricular e professores de universidades, elaborou uma nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para consulta pública no ano de 2015, cuja composição, consoante com o documento preliminar⁸, leva em consideração as análises dos documentos e diretrizes dos estados do ente federado, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. O propósito da consulta pública da BNCC visa à democratização do que será ensinado em cada ano do ensino básico e em cada disciplina. Isso porque, na visão pós-estruturalista, o currículo é um objeto de poder, pelo fato de selecionar conteúdos em detrimento de outros. Para a consulta foi criado um *site* específico para envio de pareceres e, em consequência da disseminação da internet no país, houve mais de doze milhões de sugestões enviadas. Para o *site*⁹ da BNCC, a formulação desse currículo com parte comum é uma conquista social e vem proporcionar, às escolas, maior clareza sobre o que ensinar.

Este novo instrumento curricular tem por objetivo, de acordo com o documento preliminar (BRASIL, 2015, p. 7), “[...] sinalizar o percurso de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, compreendida pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, Série/Anos Iniciais e Finais, e Ensino Médio [...]”, vindo a atender tanto as legislações base da educação brasileira como também o Plano Nacional de Educação 2014-2024¹⁰ e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013). O documento substituirá os PCN e as RCNEI, vigorando a partir do segundo semestre de 2016.

⁸ Sempre que tratarmos da BNCC como documento formulado, estaremos fazendo menção à primeira versão.

⁹ *Site* da Base Nacional Comum Curricular (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/linha-do-tempo>).

¹⁰ Estratégias do PNE (2014-2024) 2.2 e 3.3 que dizem respeito à criação e implantação dos direitos e dos objetivos de aprendizagens e de seus desenvolvimentos por meio de uma base nacional comum curricular para Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A BNCC, em seu documento preliminar, possui um único volume para os três níveis de escolaridade básica, configurando e reunindo os direitos e objetivos de aprendizagem da educação básica, dos níveis de ensino, das áreas do conhecimento e das disciplinas obrigatórias. O documento ressalta que a base não deverá constituir a totalidade dos currículos escolares e que, à parte comum, deve-se acrescentar uma parte diversificada, cujos conteúdos serão escolhidos pela comunidade escolar. No tocante às disciplinas, seus conteúdos estão segmentados e divididos em eixos de conteúdos especificados por ano escolar, o que mostra a necessidade de articulação entre os demais eixos disciplinares e as outras áreas do conhecimento, o que vem a ser possibilitado pelos temas integradores. Segundo o documento preliminar (2015), os objetivos de aprendizagem consideram o nível de desenvolvimento cognitivo, as experiências e os contextos brasileiros. Para esse marco, deve-se considerar que a ideia de atingir objetivos específicos das disciplinas não deve ser entendida como uma sequência para a progressão de anos escolares, uma vez que o professor deve observar, de forma global, o desenvolvimento dos alunos, assim como a fragmentação em disciplina requer um trabalho interdisciplinar. O documento ressalta, ainda, a necessidade de cada instituição escolar, em seu currículo próprio, mesclar a parte comum à parte diversificada, que será elaborada coletivamente pela comunidade escolar.

3 Comparações entre a BNCC e os PCN

Ancorando-se na história dos dois referenciais curriculares brasileiros de base comum, são analisadas, a seguir, de forma sistêmica e global, as semelhanças e as diferenças¹¹ entre os PCN (1998a, 1998b e 2000) e a BNCC (2015) na área de Matemática. Alerta-se que as semelhanças e diferenças não são um arrolar de itens restritos e fechados e são descritos conforme o ponto de vista dos autores. No que diz respeito às semelhanças, estas são evidenciadas na Figura 1:

Semelhanças	Exemplo
I – Construções semelhantes entre os dois referenciais curriculares.	Ambos foram construídos em conjunto com especialistas, pesquisadores, professores, Ministério da Educação, fóruns, entre outros e colocados à consulta pública antes de suas aprovações finais.
II – Ensino contextualizado e interdisciplinar.	Os documentos ressaltam a necessidade de se ensinar de forma contextualizada e interdisciplinar.
III – Dividem-se em áreas do conhecimento.	<i>RNC (1998a)</i> : Música; Artes Visuais; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade; Matemática; Movimento. <i>PCN (1998b)</i> : Língua Portuguesa; Matemática; História; Educação física; Geografia; Ciências da natureza; Artes; Linguagem estrangeira. <i>PCNEM (2000)</i> :

¹¹ Compreende-se que essas semelhanças e diferenças podem ser alteradas a partir da aprovação do próximo documento preliminar e do documento definitivo da BNCC.

	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. <i>BNCC (2015)</i> : Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas.
IV – Possuem alguns temas transversais às disciplinas.	Os PCN chamam de temas transversais e a BNCC nomeia-os como temas integradores.
V – Apresentam objetivos/competências gerais que todas as áreas do conhecimento precisam desenvolver em cada nível de ensino, objetivos/competências gerais de cada área do conhecimento e objetivos/competências de aprendizagem de cada disciplina.	<i>Objetivos/competências gerais de todas as áreas do conhecimento por nível (Ensino Fundamental) PCN (1998b)</i> : posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. <i>Objetivos/competências gerais de todas as áreas do conhecimento por nível (Ensino Fundamental) BNCC (2015)</i> : participar ativamente da vida social, cultural e política, de forma solidária, crítica e propositiva, reconhecendo direitos e deveres, identificando e combatendo injustiças, e se disposto a enfrentar ou a mediar eticamente conflitos e interesses.
VI – Os currículos escolares devem ter uma parte comum, igual a todas as escolas do país e uma parte diversificada, escolhida pelas instituições de ensino e suas comunidades.	Conteúdo sugerido pela base comum e outro conteúdo que seja relevante ser ensinado devido ao contexto escolar.
VII – Fazem referência ao uso de materiais, recursos e o desenvolvimento de atividades diversificadas e lúdicas, bem como dão ênfase ao uso de tecnologias digitais.	Os referenciais dizem que para trabalhar determinados conteúdos é importante usar diferentes metodologias e munir-se de recursos, como computador, calculadora, jogos, quebra-cabeças, etc.
VII – Os conteúdos disciplinares são agrupados em conteúdos semelhantes, criando blocos/eixos.	Os PCN (1998b) chamam de blocos de conhecimento. Os PCNEM (2000) os tratam como temas estruturantes. A BNCC (2015) nomeia-os como eixos de conhecimento.
IX – Evidenciam que a Matemática é uma poderosa ferramenta, tanto para as ciências, como para o campo social e político.	Os documentos dizem que a Matemática pode ajudar a entender o campo social, econômico, das ciências, do contexto e o campo político.
X – No Ensino Fundamental os objetivos/competências gerais da Matemática são muito semelhantes.	<i>PCN (1998b)</i> : Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações Matemáticas. <i>BNCC (2015)</i> : Comunicar-se matematicamente (interpretar, descrever, representar e argumentar), fazendo uso de diferentes linguagens e estabelecendo relações entre elas e diferentes representações Matemáticas.

Figura 1 - Semelhanças e exemplos entre a RCNEI (1998a), PCN (1998b) e PCNEM (2000) com a BNCC (2015).
Fonte: Os autores (2016).

Elucidam-se também algumas diferenças apresentadas entre os dois referenciais, sendo expostas pela Figura 2.

Diferenças	Exemplo
I – Os PCN apresentam-se como um documento mais filosófico, sem tantas determinações do que se ensinar em cada bloco de conhecimento e em cada ano escolar.	No RCNEI e nos PCN os objetivos de aprendizagem apresentam-se mais como uma orientação sobre o que ensinar, além de estarem expostos dentro dos blocos de conhecimento, diferentemente da BNCC que os apresentam em cada ano do ensino e dentro de cada bloco do conhecimento, mostrando-se mais incisivos sobre o que ensinar em cada ano/série.
II – Nos PCN enfatiza-se mais claramente que o ensino deve ser contextualizado e interdisciplinar.	Há maior ênfase nas escritas dos PCN e da RCNEI que há a necessidade de se ensinar de forma interdisciplinar e contextualizada.

III – Diferenças entre os temas que todas as áreas do conhecimento devem trabalhar, assim como apresentam nomenclaturas diferentes para denominá-los.	<i>Temas transversais para os PCN (1998b)</i> : ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural. <i>Temas integradores BNCC (2015)</i> : consumo e educação financeira; ética; direitos humanos e cidadania; sustentabilidade; tecnologias digitais; e culturas africanas e indígenas.
IV – A BNCC, em seu documento preliminar, apresenta somente um único volume para os três níveis de escolaridade obrigatória.	Há um único documento que trata dos três níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), da base legal/parte introdutória, dos temas transversais/integradores e das áreas do conhecimento.
V – Diferença de segmentação dos blocos de conhecimento (PCN), temas estruturantes (PCNEM) e eixos de conhecimento (BNCC);	<i>PCN (1998b) blocos de conhecimento</i> : números e operações; grandezas e medidas; espaço e formas; tratamento de informações. <i>PCNEM (2000) temas estruturantes</i> : álgebra: números e funções; geometria e medidas; análise de dados. <i>BNCC (2015) eixos de conhecimento</i> : geometria; grandezas e medidas; estatística e probabilidade; números e operações; álgebra e funções.
VI – Há diferenças entre os objetivos/competências gerais de Matemática da Educação Infantil e do Ensino Médio.	Os documentos da Educação Infantil - RCNEI e do Ensino Médio - PCNEM são estruturados de forma diferentes da nova base curricular BNCC, tendo em vista que a RCNEI põe em voga a área de Matemática e a BNCC trata como campos de experiências, no Ensino Médio os conteúdos matemáticos são tratados como competências e habilidades.
VII – Os PCN utilizam a linguagem “série” para o Ensino Fundamental e “ano” para o Ensino Médio; já a BNCC utiliza para o Ensino Fundamental e Médio o termo “ano”.	Os PCN no Ensino Fundamental dividem-se em séries, indo da 1ª (primeira) série até a 8ª (oitava) série. O Ensino Médio, para esse documento, divide-se em três anos, começando no 1º (primeiro) e indo até o 3º (terceiro) ano. A BNCC divide toda escolaridade obrigatória em anos, indo do 1º (primeiro) ano do Ensino Fundamental até o 12º ano do Ensino Médio.
VIII – Nomenclatura diferente das áreas de conhecimento.	<i>RNC (1998a)</i> : Música; Artes Visuais; Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade; Matemática; Movimento. <i>PCN (1998b)</i> : Língua Portuguesa; Matemática; História; Educação Física; Geografia; Ciências da Natureza; Artes; Linguagem Estrangeira. <i>PCNEM (2000)</i> : Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. <i>BNCC (2015)</i> : Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas;

Figura 2 - Diferenças e exemplos entre a RCNEI (1998a), PCN (1998b) e PCNEM (2000) com a BNCC (2015).
Fonte: Os autores (2016).

Além dessas semelhanças e divergências gerais, pode-se observar outras no que se refere aos objetivos de aprendizagem de Matemática. Na Educação Infantil, os conteúdos de Matemática encontram-se no terceiro volume dos RCNEI, os quais englobam os conhecimentos de mundo das crianças neste nível. Na RCNEI, os conteúdos de Matemática estão divididos em três blocos do conhecimento, a saber: números e sistemas de numeração; grandezas e medidas; e espaço e formas. Os objetivos da disciplina, para o referencial, pretendem: estabelecer relações entre a Matemática e a vida cotidiana dos alunos; reconhecer e valorizar os números, operações, contagens orais e escritas, bem como as noções espaciais (localização, direita, esquerda, etc.); comunicação matemática, criação de hipóteses, procedimentos de resolução de problemas; e autoconfiança para com atividades matemáticas.

A BNCC, em seu documento preliminar, não especifica para Educação Infantil as disciplinas a serem trabalhadas, ela agrupa os conteúdos, tratando-os como campos de experiências. No documento, explicitam-se cinco campos de experiências, nos quais, de uma forma geral, estão envolvidas todas as áreas do conhecimento. No tocante aos conteúdos de Matemática, o documento destaca que a Matemática “[...] se anuncia em todos os campos de experiências da Educação Infantil [...]”, campos estes que tratam sobre: o eu, o outro e o nós; corpo, gesto e movimento; escuta, fala, pensamento e imaginação; traços, sons, cores e imagens; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Contudo, o campo que mais se relaciona à disciplina é o campo espaço, tempos, quantidades, relações e transformações, este que envolve maior número de conteúdos de números, geometria e grandezas e medidas. Assim, em uma análise geral, pode-se perceber que, mesmo que os conteúdos dos dois referenciais não estejam estritamente ligados ou não aparentem semelhanças próximas, ambos fazem referência que, na área de Matemática, faz-se necessário desenvolver capacidades sobre números e quantidades, de espaço, de tempo, localização e relações de medidas.

Ao analisar os objetivos/competências¹² gerais da área de Matemática das duas bases comuns no Ensino Fundamental, percebe-se que ambas possuem sete itens essenciais a serem desenvolvidos e que estes objetivos/competências apresentam-se de forma muito semelhante. É possível observar, na Figura 3, as modificações ocorridas entre as duas bases comuns.

Objetivo/Competência PCN (1998)	Objetivo/Competência BNCC (2015)
1) Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo a sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas.	1) Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender o mundo a sua volta. 2) Desenvolver o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e a capacidade para criar/elaborar e resolver problemas.
2) Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando para isso o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico); selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente.	3) Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, sabendo selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente.
3) Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como	7) Recorrer às tecnologias digitais a fim de compreender e verificar conceitos matemáticos nas práticas sociocientíficas.

¹² Tratamos como objetivos/competências, porque, mesmo eles sendo tratados como objetivos, quando descritos, observa-se sua amplitude de desenvolvimento, necessitando não só conhecimento como também de habilidade e atitudes para possuí-los.

instrumentos tecnológicos disponíveis.	
4) Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas.	5) Comunicar-se matematicamente (interpretar, descrever, representar e argumentar), fazendo uso de diferentes linguagens e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas.
5) Estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares.	4) Estabelecer relações entre conceitos matemáticos de um mesmo eixo e entre os diferentes eixos (geometria, grandezas e medidas, estatística e probabilidade, números e operações, álgebra e funções), bem como entre a Matemática e outras áreas do conhecimento.
6) Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções; 7) Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.	6) Desenvolver a autoestima e a perseverança na busca de soluções, trabalhando coletivamente, respeitando o modo de pensar dos/as colegas e aprendendo com eles/as.

Figura 3 - Modificações feitas dos objetivos/competências entre os PCN do Ensino Fundamental e a BNCC.

Fonte: Os Autores (2016).

Constata-se que a BNCC reformulou os objetivos/competências dos PCN, tornando-os mais claros, assim como acresceu um objetivo/competência, que, de certa forma, já estava evidenciado em um dos objetivos/competências dos PCN (objetivo/competência 3 dos PCN). Salienta-se também que um dos objetivos/competências que estava descrito nos PCN e que foi reformulado à nova base comum, apresenta-se nela de forma inadequada, pelo fato de tratar nessa base da cooperação e do trabalho coletivo, restringindo-se à interação aluno-aluno. Ressalta-se, pois, que o trabalho coletivo e a cooperação, além de atenderem aos preceitos de democracia e de respeito, devem considerar a relação entre alunos e professores. Vislumbra-se que a capacidade colaborativa é de suma importância para viver em sociedade, sendo assim, faz-se necessário desenvolvê-las sempre que possível, desenvolvendo sempre o senso de colaboração, coletividade, democracia e respeito mútuo.

A Matemática no Ensino Médio, para os PCNEM (2000), deve dar condições de desenvolver três grandes competências relacionadas à comunicação, à resolução de problemas e ao entendimento de que a Matemática não é puramente técnica e sem contextualização prática. A BNCC (2015) afirma ser necessário desenvolver nos alunos do Ensino Médio sete objetivos/competências, que se desenvolvem em torno da comunicação Matemática, de sua contextualização e prática, entendimento da Matemática como ciência, segurança para calcular e resolver problemas, uso de tecnologias digitais para representar e descrever os fenômenos matemáticos e análise crítica da Matemática e suas funções práticas. Como é

possível observar, no Ensino Médio, há um aumento de objetivos de aprendizagens apresentados pela BNCC em comparação com os PCNEM. Porém isso não quer dizer que antes de suas explicitações neste novo documento, esses objetivos não eram desenvolvidos.

Destaca-se que dois objetivos/competências do Ensino Fundamental da área de Matemática se repetem no Ensino Médio – Estabelecer relações entre conceitos matemáticos de um mesmo campo e entre os diferentes eixos (Geometria, Grandezas e Medidas, Estatística e Probabilidade, Números e Operações, Álgebra e Funções), bem como entre a Matemática e outras áreas do conhecimento; e Desenvolver a autoestima e a perseverança na busca de soluções, trabalhando coletivamente, respeitando o modo de pensar dos/as colegas e aprendendo com eles/as. Uma hipótese para essa repetição é a amplitude destes dois objetivos/competências e suas necessidades de desenvolvimento contínuo.

4 Considerações Finais

Como é possível observar nas leis bases da educação brasileiras, há necessidade de um ensino igualitário e de qualidade para todo o país, sendo que um dos fatores principais para isso é a criação de um currículo de base comum que atenda as exigências da população. Analisa-se que os dois currículos de base comum, criados para o Brasil até o momento, apresentam história de criação muito semelhante, em que ambos foram colocados à consulta pública visando maior democratização da escolha dos conteúdos mínimos e comuns. Outro ponto de destaque sobre a história é que os currículos de base comum, concretizados em 1998, vêm para atender, além da CF, também expectativas internacionais sobre a qualidade e da universalização da educação por meio de documento firmado na Conferência Mundial de Educação para Todos e na análise de currículos e experiências internacionais, demonstrando certa intervenção de outros países na educação brasileira. A BNCC, por sua vez, vem para emitir reformulações sobre os conteúdos das bases comuns, além de seguir a tendência já existente internacionalmente, como o caso dos Estados Unidos, Portugal, Finlândia, entre outros.

No tocante à Matemática, observa-se que há semelhanças entre os objetivos/competências de aprendizagens dos currículos de base comum, no que se refere ao que ensinar, como fazê-lo no sentido de uma Matemática mais interdisciplinar e contextualizada. Destaca-se também que os objetivos/competências gerais de Matemática no Ensino Fundamental apresentam-se semelhantes, todavia, ao se investigar os objetivos de aprendizagem dos anos escolares e eixos/blocos de

conhecimento, estes são diferentes. Nos outros níveis, estes se apresentam de forma desigual, como apontado anteriormente no decorrer do artigo.

Ressalta-se com muita veemência que a formulação e a efetivação de um currículo com base comum não necessariamente se consistirá na verdadeira qualidade da educação básica, muito pelo contrário, ele poderá mascarar problemas se estes currículos servirem somente para mensuração e estatísticas obtidas por meio de provas objetivas e padronizadas.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2000.

_____. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: educação infantil**. Brasília, MEC/SEMTEC, 1998a.

_____. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília, MEC/SEMTEC, 1998b.

_____. Lei 13.005, de 25 de junho 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum: documento preliminar**. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BONAMINO, A.; MARTÍNEZ, S. A. Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do estado. **Revista Educação e Sociologia**. Campinas, SP: vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 368-385. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12937>> Acesso em: 25 jan. 2016.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed.; 6 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.